

REGIS FERNANDES DE OLIVEIRA

## CURSO DE DIREITO FINANCEIRO

9ª EDIÇÃO

Área específica da obra

Direito Financeiro

Áreas afins do livro

Direito Administrativo, Direito Constitucional,  
Filosofia, Direito Tributário e Constitucional



O Direito Financeiro adquiriu, de vinte anos a esta data, uma importância crucial no direito brasileiro. A responsabilidade dos governantes passa a ser vital para a aferição da higidez financeira do Estado. O combate à corrupção, o crescimento da dívida pública, as divergências administrativas entre a União, Estados e Municípios, as interferências do Parlamento na execução orçamentária com emendas parlamentares, de bancada e o orçamento secreto, os recursos provindos da exploração do petróleo e de outros minerais, tudo leva a um estudo mais detalhado e profundo das receitas (tributárias ou decorrentes da exploração patrimonial do Estado) e despesas públicas.

Não se pode desconhecer de outro lado o orçamento que já propiciou *impeachment* de presidente e que sofre o controle constante do Tribunal de Contas da União.

Esse quadro dá ideia da relevância do estudo do Direito Financeiro no Brasil. E os desvios de recursos orçamentários por empresas e políticos que tanto prejuízo causam aos direitos mais elementares dos indivíduos e que leva a um distanciamento tão grande entre uma classe de favorecidos e uma imensidão desprotegida.

Compreender isso é o objeto do estudo do Direito Financeiro em todas suas facetas. Entender como isso se passa é compreender o Brasil. É como uma imersão na história brasileira e de todos os países do mundo.

FORMATO: 17,0 X 24,0 cm  
CÓDIGO: 10003288

O48c	Oliveira, Regis Fernandes de
	Curso de Direito Financeiro / Regis Fernandes de Oliveira. - 9. ed. - Belo Horizonte : Fórum, 2022. 1107 p. ; 17cm x 24cm.
	Inclui bibliografia. ISBN: 978-65-5518-382-5
	1. Direito. 2. Direito Financeiro. 3. Direito Administrativo. 4. Direito Constitucional. 5. Filosofia. 6. Direito Tributário. 7. Constitucional. I. Título.
	CDD 343.8103 CDU 351.72
2022-1124	

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

OLIVEIRA, Regis Fernandes de. *Curso de Direito Financeiro*. 9. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2022. 1105 p. ISBN 978-65-5518-382-5.

### **Regis Fernandes de Oliveira**

Doutor e Mestre pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Livre-docente e associado da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Professor Titular de Direito Financeiro da USP. Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de São Paulo. Ex-presidente da Associação Paulista de Magistrados (Apamagis), da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e da Federação Latino-Americana de Magistrados (FLAM). Ex-Deputado Federal por dois mandatos (1995-1996 e 2007-2010) e ex-Vice-Prefeito de São Paulo (1997-2000).

## OUTRAS OBRAS DO AUTOR

- As desigualdades sociais, a mulher e a liberdade no Direito*. Novo Século, 2020.
- Ato administrativo*. 5. ed. São Paulo: RT, 2007.
- Comentários ao Estatuto da Cidade*. 2. ed. São Paulo: RT, 2005.
- Delegação e avocação administrativas*. 2. ed. São Paulo: RT, 2004.
- Direito e Arte*. São Paulo: Malheiros, 2017; 2. ed., Novo Século, 2021.
- Direito e religião*. São Paulo: Novo Século, 2021.
- Divagações sobre um mundo em crise*. Ed. Novo Século, 2021.
- O direito na Bíblia*. São Paulo: Bom Pastor, 2005.
- Filosofia na Antiguidade: Sócrates e Platão*. São Paulo: RT, 2012.
- Gastos públicos*. São Paulo: RT, 2012.
- Homossexualidade: uma visão histórica, religiosa, filosófica e jurídica*. São Paulo: RT, 2011; 2. ed. 2013.
- Indagação sobre os limites da ação do Estado*. São Paulo: RT, 2015.
- Infrações e sanções administrativas*. 3. ed. São Paulo: RT, 2012.
- Interpretação, paixões e direito, o sentimento trágico do direito e seu ignorado aspecto fenomenológico*. Ed. Novo Século, 2019.
- O juiz na sociedade moderna*. São Paulo: FTD, 1997.
- Licitação*. São Paulo: RT, 1982.
- Manual de direito financeiro*. 6. ed. São Paulo: RT, 2003 (em coautoria com Estevão Horvath).
- Receitas não tributárias: taxas e preços públicos*. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2003.
- Responsabilidade fiscal*. 2. ed. São Paulo: RT, 2002.
- Servidores públicos*. 2. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2008; 3. ed. 2015.
- Taxas de polícia*. 2. ed. São Paulo: RT, 2004.

## ROMANCES E PEÇA DE TEATRO

- As águas não são impetuosas*. Barueri/SP: Novo Século, 2018.
- O desterro é o destino*. Barueri/SP: Novo Século, 2013.
- Mistério em Marraquesh* (Duas Histórias, um Romance). Barueri/SP: Novo Século, 2018.
- Somos todos órfãos*. Barueri/SP: Novo Século, 2012; 2. ed. 2018.
- O assassinato do Presidente*. Barueri/SP: Novo Século, 2022.
- O mundo de Spinoza*. Obra teatral, 2022

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DA 9ª EDIÇÃO .....	33
CAPÍTULO 1	
ESTADO E DOMINAÇÃO.....	35
1.1 Dominação .....	35
1.2 O Estado .....	36
1.3 O Estado em Spinoza .....	37
1.4 A origem do Estado.....	38
1.5 Formas de dominação. A dominação simbólica .....	39
1.6 O Direito como possível instrumento de libertação .....	41
1.7 A estratégia .....	44
1.8 Estado, Direito e dominação .....	45
1.9 <i>Os specula principum</i> .....	45
1.10 <i>Os arcana imperii</i> . A Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 .....	46
1.11 A dominação na ópera .....	49
1.12 A violência instauradora e mantenedora. Dominação. Walter Benjamin e Foucault .....	49
1.13 Justiça e força em La Fontaine. Derrida, <i>État voyous, rogue State</i> .....	52
1.13.1 A fábula de La Fontaine ( <i>Le Loup et L'Agneau</i> ) .....	54
1.14 A importância do estudo da mente humana .....	55
1.15 As paixões .....	57
1.15.1 Considerações sobre a importância da dominação no tema analisado .....	61
1.16 Estados fortes e fracos. Exploração. A pobreza. A paixão compensadora .....	61
1.17 Poder constituinte.....	63
1.18 Constituição.....	64
1.19 Noção de Constituição .....	64
1.20 Estado (Democrático) de Direito .....	65
1.21 Interpretação do ordenamento jurídico e a garantia do administrado.....	66
1.22 Repartição das funções. Liberdades e poder tributário .....	68
1.23 A regra da subsidiariedade .....	70
1.23.1 Genealogia .....	71
1.23.2 A subsidiariedade no Direito. O Tratado da União Europeia. Pertinência interventiva e o critério da prevalência do interesse .....	72
1.23.3 A regra da subsidiariedade no Direito brasileiro .....	74
1.23.3.1 No Legislativo .....	74
1.23.3.2 No âmbito administrativo. Rawls e Amartia Sen. As políticas públicas (noção inicial) .....	74
1.23.3.2.1 As denominadas políticas públicas.....	75
1.23.3.3 No Direito Econômico.....	76
1.23.3.4 No Judiciário .....	77
1.23.4 Os limites da ação do Estado .....	77
1.23.5 Quem elabora a Constituição e quem faz as leis? .....	79
1.23.6 Existe o princípio da subsidiariedade? Princípios, regras e valor. Relações e situações jurídicas. Barroso e Alexy ....	81
1.23.7 O denominado “princípio” da subsidiariedade e a competência administrativa comum .....	84
1.23.8 Considerações finais. A política como liberdade .....	85
1.23.9 Considerações finais sobre a subsidiariedade .....	87
1.24 Sentimentos secretos e causas aparentes. A perspicácia do conhecimento. Necessidade de leitura extrajurídica. O sagrado e a profanação .....	87
1.24.1 A quebra do sagrado (Direito posto). O Direito dos homens .....	90
CAPÍTULO 2	
FEDERALISMO FISCAL E PACTO FEDERATIVO .....	93
2.1 Origem. A Federação norte-americana.....	93
2.2 A Federação canadense.....	93
2.3 Confederação.....	94
2.4 Estado unitário.....	94
2.5 Formas de estrutura do Estado federal .....	94
2.6 Tipos de Estado federal.....	95

2.7	Breve história da Federação brasileira.....	95
2.8	Características do Estado federal .....	96
2.9	Competências .....	96
2.10	A federação como cláusula pétrea.....	97
2.11	A federação e o pacto federativo no Brasil.....	97
2.12	Hierarquia entre entes federais.....	97
2.13	O pacto federativo .....	98
2.14	O federalismo fiscal .....	100
2.15	A guerra fiscal .....	103
2.16	A inconstitucionalidade da exigência de unanimidade na aplicação federativa de benefícios fiscais .....	105
2.16.1	O Estado federal. A regra de desequiparação. O princípio democrático .....	105
2.16.2	A Lei Complementar nº 24/1975. O convênio. Ratificação por decreto. Exigência de ato legislativo. O art. 4º .....	110
2.16.3	A desigualdade garantida. A unanimidade. A Lei Complementar nº 160/2017 .....	111
2.16.4	Psicanálise dos representantes dos Estados.....	114
2.16.5	O princípio da não cumulatividade a justificar o dispositivo complementar .....	115
2.16.6	As sanções. O art. 8º. Inconstitucionalidade. Autotutela .....	116
2.16.7	Conclusões .....	119
2.17	A “cortesia com chapéu alheio” .....	119
2.18	Redução de renúncias fiscais. Plano de equilíbrio fiscal (Lei Complementar nº 178/2020) e aplicação da EC nº 109/2021.....	120
2.19	O Programa de Recuperação Fiscal. Introdução .....	122
2.19.1	Necessidade de adesão ao Plano .....	123
2.19.2	Dos contratos de refinanciamento com a União .....	123
2.19.3	Das alterações do regime de recuperação fiscal (art. 2º da LC nº 159, com redação da 178). Requisitos .....	124
2.19.4	Da habilitação.....	124
2.19.5	Supervisão .....	124
2.19.6	Dos financiamentos .....	125
2.19.7	Do encerramento do regime de recuperação fiscal.....	125
2.19.8	Do inadimplemento e respectivas sanções .....	125
2.19.9	O art. 15 da Lei Complementar nº 178/2020 dispõe sobre medidas de reforma à responsabilidade fiscal .....	125
2.19.10	Considerações finais.....	125

### CAPÍTULO 3

<b>FORMAS DE ATIVIDADE DA ADMINISTRAÇÃO.....</b>		<b>127</b>
3.1	Intervenção do Estado no domínio econômico. Fundamentos e acepções .....	127
3.2	Ideologia e intervenção .....	131
3.3	Meio de dominação .....	132
3.4	Incentivo da atividade econômica.....	133
3.5	Administração indireta. Autarquia. Empresa pública. Sociedade de economia mista. Fundação. Agência. Organizações sociais e franquias.....	133
3.6	Atuação direta .....	136
3.7	Exercício do poder de polícia.....	138
3.8	Documentação jurídica .....	139
3.9	Atividades instrumentais.....	139
3.10	Serviços públicos.....	140
3.11	Planejamento estratégico financeiro da Administração Pública.....	146
3.11.1	Introdução. Pertinência do tema ao Direito Financeiro .....	146
3.11.2	Fases do planejamento. O conhecimento técnico e o conhecimento popular. O mundo globalizado .....	148
3.11.3	Legalidade .....	149
3.11.4	Planejamento estratégico. O Estado e a empresa privada. A estratégia .....	150
3.11.4.1	O que significa a estratégia.....	151
3.11.5	Etapas do planejamento.....	152
3.11.6	Participação da cidadania. Massa e sociedade civil.....	153
3.11.7	As leis orçamentárias .....	153
3.11.8	O ser humano e a busca pela felicidade .....	155
3.11.9	Descentralização e desconcentração. Serviços públicos e exercício da atividade econômica .....	156
3.11.10	Planejamento na prestação de serviços e na atividade econômica. Os mitos do Estado .....	157
3.11.11	Participação da comunidade em busca de soluções. Mecanismos de controle .....	158
3.11.12	Os Estados-membros.....	159
3.11.13	Os Municípios. O Plano Diretor .....	159
3.11.14	A CEPAL. Plano de metas .....	160
3.11.14.1	A experiência brasileira .....	160
3.11.15	O indivíduo.....	161
3.11.16	O orçamento participativo.....	162
3.11.17	O Estatuto da Cidade .....	162
3.11.18	Conclusões .....	163

## CAPÍTULO 4

AS NECESSIDADES PÚBLICAS E A ATIVIDADE FINANCEIRA DO ESTADO.....	165
4.1 As necessidades públicas.....	165
4.2 Interesses privados e coletivos.....	166
4.3 Conceito amplo de necessidade pública .....	167
4.4 A atividade financeira do Estado .....	167

## CAPÍTULO 5

HISTÓRIA E DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE FINANCEIRA.....	169
5.1 A importância do desenvolvimento histórico para a compreensão do fenômeno financeiro.....	169
5.2 O tributo na Bíblia .....	169
5.3 Grécia antiga.....	170
5.4 O tributo no Império Romano .....	170
5.5 O Império Macedônico .....	171
5.6 O governo visigodo .....	172
5.7 Primeiro período da Idade Média.....	172
5.8 A chamada Idade Média Alta .....	172
5.9 A Magna Charta.....	173
5.10 Os mercantilistas.....	173
5.11 O liberalismo .....	173
5.12 O <i>Bill of Rights</i> .....	174
5.13 A Declaração da Virgínia.....	174
5.14 As modernas democracias.....	174
5.14.1 O excesso tributário como fonte de guerras e revoltas .....	175
5.15 A evolução dos tributos no Brasil .....	175
5.15.1 Período colonial .....	175
5.15.2 Governo Geral (1548-1763).....	177
5.15.3 Vice-Reinado (1763-1808).....	177
5.15.4 A Corte no Brasil (1808-1815).....	177
5.15.5 O Reino Unido (1815-1822).....	178
5.15.6 Manifestações e revoltas na luta pela independência .....	178
5.15.7 Independência. A Carta outorgada.....	178
5.15.8 O Império (1822-1889).....	179
5.15.9 A República .....	179
5.15.10 O Estado Novo .....	180
5.15.11 Normalização democrática.....	180
5.15.12 O Regime Militar .....	181
5.15.13 Retorno à democracia e a Constituição atual. A Emenda Constitucional nº 42/2003 .....	181

## CAPÍTULO 6

CIÊNCIA DAS FINANÇAS E DIREITO FINANCEIRO.....	185
6.1 Ciência das finanças .....	185
6.2 Direito financeiro .....	187
6.2.1 Conceito.....	187
6.2.1.1 O que não é Direito financeiro.....	187
6.2.1.2 Visão de diversos autores .....	187
6.2.1.3 A matéria no Brasil.....	190
6.2.1.4 Conceito analítico de Direito Financeiro .....	190
6.2.2 Autonomia .....	192
6.2.2.1 Linguagem (linguagem e dominação).....	192
6.2.2.1.1 Linguagem jurídica e metalinguagem.....	194
6.2.2.2 Identificação constitucional do Direito Financeiro.....	194
6.2.2.3 Necessidades primárias e secundárias .....	195
6.2.2.4 Regime jurídico .....	196
6.2.2.4.1 Princípios (regras) financeiros .....	196
6.2.2.5 Matéria pluridisciplinar.....	197
6.2.3 Fontes.....	197
6.2.3.1 Fontes supranacionais.....	197
6.2.3.1.1 Tratados.....	198
6.2.3.1.1.1 Sanções .....	198
6.2.3.1.1.2 Derrogação.....	199
6.2.3.2 Fontes nacionais.....	199
6.2.3.2.1 Constituição Federal.....	199
6.2.3.2.2 Estados-membros no Estado federal.....	200
6.2.3.2.3 Lei.....	201
6.2.3.2.4 Regulamentos.....	202

6.2.3.2.5	Outras fontes .....	203
6.2.3.2.5.1	Costume .....	203
6.2.3.2.5.2	Jurisprudência.....	203
6.2.3.2.5.3	Doutrina .....	203
6.2.3.2.5.4	Princípios .....	203
6.2.3.2.5.5	Necessidade.....	204

## CAPÍTULO 7

NORMAS GERAIS DE DIREITO FINANCEIRO .....		205
7.1	Normas gerais de Direito Financeiro .....	205
7.2	Estado federal.....	206
7.3	Leis federais e nacionais .....	206
7.4	Princípios. Classificação.....	207
7.4.1	A regra da eficiência no Direito Financeiro .....	211
7.4.2	A regra da boa-fé objetiva.....	218
7.4.3	A regra da impessoalidade.....	220
7.4.4	A regra da segurança jurídica.....	221
7.4.4.1	Conceito.....	221
7.4.4.1.1	A segurança é um princípio? O que é princípio e como diferenciá-lo da regra? .....	222
7.4.4.1.1.1	Confronto de princípios e regras.....	222
7.4.4.2	A segurança na mitologia .....	222
7.4.4.3	A segurança decorrente de um pacto. Origem.....	222
7.4.4.3.1	A segurança decorrente da dominação .....	223
7.4.4.4	A evolução da dominação .....	223
7.4.4.4.1	Os Estados.....	223
7.4.4.4.2	Os pactos modernos .....	223
7.4.4.4.3	Positivção .....	224
7.4.4.4.4	Valor ou princípio? .....	224
7.4.4.4.4.1	O princípio da segurança e não o valor. O valor é idealizado. O princípio é positivado ou dedutível.....	224
7.4.4.5	Princípios decorrentes do princípio da segurança jurídica .....	224
7.4.4.5.1	Segurança e garantia .....	225
7.4.4.5.2	Segurança e liberdade.....	225
7.4.4.5.3	Segurança e justiça.....	225
7.4.4.5.4	Segurança jurídica .....	225
7.4.4.5.5	Vedação da surpresa.....	225
7.4.4.5.6	Negócios do Estado .....	226
7.4.4.5.7	A razão de Estado .....	226
7.4.4.6	Previsibilidade da ação do Estado .....	226
7.4.4.6.1	Previsibilidade no Executivo .....	226
7.4.4.6.2	Previsibilidade no Legislativo. Alteração da Constituição.....	226
7.4.4.6.2.1	Alterações legais .....	227
7.4.4.6.3	Previsibilidade no Judiciário.....	227
7.4.4.6.4	Controle sobre os atos do Poder Político.....	227
7.4.4.7	Previsibilidade no sistema econômico.....	228
7.4.4.8	Previsibilidade contratual .....	228
7.4.4.9	Previsibilidade na sociedade de risco.....	228
7.4.4.10	Basta a declaração de direitos? .....	228

## CAPÍTULO 8

REGIME CONSTITUCIONAL DO DIREITO FINANCEIRO.....		231
8.1	Introdução. Autonomia .....	231
8.2	O Direito Financeiro no quadro da ciência jurídica.....	236

## CAPÍTULO 9

ENTRADA E RECEITA .....		239
9.1	Entrada e receita.....	239
9.2	A receita pública .....	241
9.3	Classificação das receitas .....	242
9.4	Movimentos de caixa. Depósitos judiciais .....	245
9.4.1	Depósitos judiciais.....	247
9.5	Receitas originárias.....	248
9.6	Doação. A doação de Constantino (que não houve). Fomento .....	249
9.6.1	Doação de presentes e bens a chefe de Poder e altas autoridades .....	252
9.7	Sucessão legítima e testamentária .....	255
9.8	Herança vacante.....	256
9.9	Receitas derivadas .....	256



9.9.1	Do perdimento .....	256
9.9.2	Bens abandonados .....	257
9.9.3	Multas .....	258
9.10	Receitas transferidas (repartição constitucional) .....	258
9.11	A Lei Complementar nº 101/2000 e a receita pública .....	260
9.12	Renúncia de receita. Incentivos e benefícios fiscais. ....	261
9.12.1	Noções gerais.....	261
9.12.2	Requisitos.....	262
9.12.3	Espécies .....	263
9.12.3.1	Anistia .....	263
9.12.3.2	Isenção.....	264
9.12.3.3	Remissão .....	264
9.12.3.4	Subsídio.....	264
9.12.3.5	Crédito presumido .....	265
9.12.3.6	Alíquota zero .....	265
9.12.3.7	Redução de alíquota .....	265
9.12.3.8	Redução da base de cálculo.....	265
9.12.3.9	Suspensão .....	266
9.12.3.10	Diferimento.....	266
9.12.3.11	Transação .....	266
9.12.4	Incentivos e benefícios previstos na EC nº 109/2021.....	266
9.13	Teoria dos preços. Características.....	267

## CAPÍTULO 10

RECEITAS PÚBLICAS TRIBUTÁRIAS .....	273	
10.1	Introdução.....	273
10.2	Competência tributária. Capacidade .....	273
10.3	Tributo.....	274
10.4	Tratados e convenções (superioridade hierárquica da norma internacional incorporada).....	276
10.5	O Código Tributário Nacional e seu conteúdo.....	278
10.6	Regras tributárias.....	279
10.7	Regras decorrentes do princípio federativo. A regra da unanimidade na concessão de estímulos fiscais .....	281
10.8	Imunidade.....	281
10.9	Aspectos da hipótese de incidência .....	283
10.10	Isenção. Incidência e não incidência. Anistia. Remissão.....	284
10.11	Fiscalidade. Extrafiscalidade (conceito, políticas públicas, os fatores extrafiscais; a Constituição Federal e a extrafiscalidade; o poder de polícia, incentivos ao meio ambiente, incentivos ou desincentivos urbanos; política fiscal; não basta arrecadar, mudança cultural) e parafiscalidade.....	286
10.11.1	A extrafiscalidade .....	286
10.11.2	As políticas públicas.....	287
10.11.3	Os fatores extrafiscais.....	289
10.11.4	A Constituição Federal e a extrafiscalidade.....	290
10.11.4.1	Incentivos ao meio ambiente.....	292
10.11.4.2	Incentivos ou desincentivos urbanos.....	292
10.11.4.3	A política fiscal .....	293
10.11.5	Não basta arrecadar. Mudança cultural .....	294
10.11.6	Conclusão .....	295
10.12	Lançamento. Decadência e prescrição .....	296
10.13	Espécies tributárias.....	297
10.14	Imposto. Classificação.....	297
10.15	Taxas .....	298
10.15.1	Taxa de iluminação.....	299
10.16	Taxa e preço. Tarifa.....	300
10.17	Contribuição de melhoria.....	301
10.18	Empréstimo compulsório .....	301
10.19	Contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse de categorias profissionais ou econômicas.....	303
10.20	O tributo no Direito comparado.....	305
10.20.1	Substancial diferença com o sistema brasileiro.....	307
10.20.2	Evolução das normas no Brasil.....	307

## CAPÍTULO 11

TEORIA DOS PREÇOS.....	311	
11.1	Linhas iniciais sobre preço .....	311
11.2	Limites de seu valor.....	315
11.3	Relação entre taxa e preço .....	317
11.3.1	Babel de enfoques .....	320



11.4	Possibilidade de opção do legislador. Poder, dever, direito, obrigação.....	323
------	---	-----

## CAPÍTULO 12

RECEITAS PÚBLICAS NÃO TRIBUTÁRIAS .....		327
12.1	O patrimônio da União .....	327
12.1.1	Direito de propriedade. Concessões florestais .....	331
12.1.2	Patrimônio mobiliário .....	333
12.1.3	Privatização .....	335
12.2	Uso de bem público. A chamada “Zona Azul” .....	337
12.3	Receitas decorrentes de obras públicas .....	339
12.3.1	Pedágio .....	341
12.4	O suposto contrato de transporte público.....	343
12.5	Serviço de fornecimento de água e esgoto.....	349
12.6	Anuidades escolares.....	351
12.6.1	Escolas particulares .....	353
12.7	Custas e emolumentos judiciais e extrajudiciais.....	354
12.8	Prescrição aquisitiva. Extensão. Invenção.....	355
12.9	Receitas comerciais e industriais. Fazenda. Loteria (serviço público?) .....	357
12.10	Transporte aéreo, aeroespacial e a infraestrutura aeroportuária.....	359
12.10.1	Serviços e instalações nucleares.....	361
12.11	O serviço postal e a taxa (selo).....	361
12.12	Serviço de radiodifusão sonora, sons e imagens e demais serviços de telecomunicações .....	362
12.13	Serviços de telefonia e telegrafia. Energia elétrica .....	363
12.14	Concessões florestais .....	363
12.15	Instrumentos processuais de defesa do administrado.....	364
12.16	Conclusões .....	365

## CAPÍTULO 13

RECEITAS PROVENIENTES DE MINERAIS E ENERGIA ELÉTRICA.....		367
13.1	Competência.....	367
13.2	Patrimônio público. Bens públicos.....	367
13.3	Águas públicas. Energia elétrica. Partilha em sua exploração.....	369
13.4	Isenção de partilha.....	370
13.5	Partilha da produção mineral. Petróleo, gás natural e hidrocarbonetos fluidos. Contrato de concessão .....	370
13.6	Partilha dos recursos minerais. Base de cálculo. Decadência e prescrição dos créditos de receita patrimonial .....	374
13.7	Forma de pagamento. Receita bruta ou líquida. Sanções .....	375
13.8	Natureza jurídica da partilha de receitas. Compensação .....	375
13.9	Participação ou compensação? .....	378
13.10	Participação de órgãos da Administração direta da União .....	380
13.11	O problema dos Estados e Municípios .....	381
13.12	O pré-sal .....	383
13.12.1	Introdução.....	383
13.12.2	O marco regulatório anterior e o atual .....	384
13.12.3	O regime de concessão.....	386
13.12.4	O marco regulatório atual e o novo sistema de partilha. A partilha como opção, e não como obrigação. Preferência. Lei nº 13.365, de 29.11.2016.....	386
13.12.5	A ANP e o Ministério de Minas e Energia .....	388
13.12.6	A Petrobras S/A .....	388
13.12.6.1	Discussão sobre a inconstitucionalidade das prerrogativas da Petrobras.....	389
13.12.7	A Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S/A – Pré-Sal Petróleo S/A (PPSA).....	390
13.12.8	O Fundo Soberano (extinto) e o Fundo Social do Brasil .....	391
13.12.9	Os <i>royalties</i> e bônus de assinatura .....	392
13.12.10	Conclusão.....	394

## CAPÍTULO 14

A CORRUPÇÃO COMO DESVIO DE RECURSOS PÚBLICOS (A AGRESSÃO AOS DIREITOS HUMANOS).....		397
14.1	Introdução. Conceito .....	397
14.2	Psicologia do brasileiro .....	398
14.3	Democracia e corrupção .....	399
14.4	Formas de prejuízos .....	399
14.5	Convenção da OCDE, a Convenção Interamericana e a Lei nº 10.467, de 11.6.2002.....	400
14.6	Comportamentos corruptos. O agente público (sujeito ativo da infração administrativa e do crime).....	402
14.7	Propina. Conceito. Obrigação natural. A improbidade como corrupção.....	403
14.8	A corrupção no Legislativo e no Judiciário.....	403
14.9	A corrupção como crime.....	404
14.10	O desvio de recursos no Brasil.....	405

14.11	A corrupção como agressora dos direitos humanos .....	406
14.12	A corrupção como fator de desenvolvimento social .....	407
14.13	As multinacionais e a corrupção .....	409
14.14	O primeiro criminoso moral .....	410
14.15	Corrupção. Desenvolvimento .....	412
14.16	A corrupção na literatura. Shakespeare. Sófocles, Gogol e Machado de Assis .....	416
14.16.1	O dinheiro em Shakespeare .....	416
14.16.2	O teatro elisabetano como empresa .....	416
14.16.3	Contratos.....	416
14.16.4	Corrupção, empresas e empresários.....	417
14.16.5	O cenário político shakespeariano de privilégios.....	417
14.16.6	Diferença entre ricos e pobres. Corrupção e as políticas públicas.....	418
14.17	Medidas de combate à corrupção.....	419
14.18	Receitas provindas de acordo de leniência .....	419
14.18.1	Origem.....	419
14.18.2	Legislação brasileira .....	420
14.18.3	Requisitos.....	420
14.18.4	Procedimento .....	420
14.18.5	O acordo de leniência.....	421
14.18.6	As multas. O <i>compliance</i> – Seu aspecto jurídico.....	422
14.18.7	A pena pecuniária de caráter penal e a decorrente de infração administrativa.....	428
14.18.8	A multa como receita financeira.....	429
14.19	Conclusões sobre a corrupção.....	431

## CAPÍTULO 15

DESPESA PÚBLICA .....	433	
15.1	Conceito de despesas públicas.....	433
15.2	Decisão política .....	434
15.3	Requisitos para a despesa. Vinculação constitucional .....	434
15.4	Classificação das despesas.....	435
15.5	Geração das despesas públicas à luz da Lei de Responsabilidade Fiscal.....	436
15.6	Despesa obrigatória de caráter continuado .....	437
15.7	Despesas com pessoal .....	437
15.8	Do controle da despesa total com pessoal .....	437
15.9	Despesas com seguridade social.....	438
15.10	Democratização do gasto público .....	439
15.10.1	Constitucionalismo. Direitos negativos e positivos.....	439
15.10.1.1	Direitos negativos e positivos .....	440
15.10.2	As políticas públicas.....	440
15.10.3	O orçamento e felicidade.....	443
15.10.3.1	Orçamento e felicidade. Fato social. Futebol e samba.....	443
15.10.3.2	A bancada parlamentar, confrontos e seus gastos.....	445
15.10.3.3	Recursos vinculados .....	446
15.10.3.4	Tony Judt e ricos e pobres .....	447
15.10.3.5	Os direitos sociais e o gasto.....	448
15.10.3.6	A pobreza e o gasto público .....	449
15.10.3.6.1	A pobreza como problema jurídico .....	449
15.10.3.6.2	Espécies: individual, coletiva e social .....	450
15.10.3.6.2.1	Pobreza individual .....	450
15.10.3.6.2.2	Pobreza coletiva .....	451
15.10.3.6.2.3	Pobreza social .....	451
15.10.3.6.2.4	Capacidade contributiva tributária e receptiva financeira. Políticas públicas e destinatários .....	452
15.10.3.6.2.5	O fundo de erradicação da pobreza. A linha de pobreza .....	454
15.10.3.6.2.6	O diálogo necessário .....	455
15.10.3.6.2.7	A opinião pública (Habermas) e as paixões (Hirschman). A linguagem em Bakhtin .....	456
15.10.3.6.2.8	As rebeliões .....	457
15.10.4	O gasto constitucional, o legal e o político.....	457
15.10.5	Mecanismos e instrumentos de controle.....	461
15.10.6	O direito de exigir o cumprimento do dever constitucional .....	462
15.10.7	Regras jurídicas tributárias das receitas e regras financeiras dos gastos.....	464
15.10.8	Ainda as regras e a justa distribuição dos recursos. A regra da proporcionalidade. O princípio da legalidade. A regra da anualidade. O princípio da isonomia. A regra da capacidade receptiva. A regra da eficiência .....	465
15.10.9	Distribuição racional de recursos.....	470
15.10.10	Crises .....	471
15.10.11	A extrafiscalidade como solução ou problema?.....	472
15.10.12	O gasto com os valores constitucionais. O meio ambiente. A educação (Fundeb) – EC nº 108/2020.....	473
15.10.13	O mau uso das receitas públicas.....	474
15.11	Contingenciamento de despesas .....	475

15.11.1	Localização do problema. Conceito .....	475
15.11.2	Requisitos. O art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal.....	476
15.11.3	Legalidade de sua adoção frente à não realização das receitas .....	477
15.11.4	A falsa previsão de receitas .....	477
15.11.5	Momento apropriado para o procedimento .....	478
15.11.6	Contingenciamento das receitas transferidas obrigatórias.....	478
15.11.7	Cancelamento de empenhos .....	478
15.11.8	Pressuposto.....	479
15.12	Novas perspectivas sobre o gasto público. Visão filosófica e sociológica .....	479
15.12.1	Introdução. O gasto formal .....	479
15.12.2	O aumento constante das despesas. Novas necessidades .....	480
15.12.3	Alteração de perspectiva. O objetivo do estudo. O cotidiano .....	484
15.12.4	A despesa como investimentos para eliminação da pobreza e a ignorância do ser humano. Amartya Sen. Observação de Comte-Sponville .....	486
15.12.5	A genealogia do gasto. A segurança .....	487
15.12.6	O pacto social e o gasto com segurança. Hobbes e Locke .....	489
15.12.7	Freud e o instinto desejante.....	491
15.12.8	A culpa freudiana a ensejar a despesa pública.....	492
15.12.9	A busca da felicidade como fundamento para a despesa.....	493
15.12.10	A biopolítica de Foucault.....	494
15.12.11	O ser humano instintivo. As drogas .....	497
15.12.12	A civilização como repressora dos desejos. Uma pitada de Spinoza.....	498
15.12.13	Alegria e tristeza. A existência sartreana .....	500
15.12.14	Sentimentos que envolvem situações que levam ao gasto .....	501
15.12.15	Quem define prioridades? O Estado, pessoa física ou jurídica? Quem está hipostasiado no Estado? O mito platônico de Gíges.....	502
15.12.16	Maquiavel e o gasto público.....	504
15.12.17	O caráter sacro que impulsiona a decisão.....	504
15.12.18	O espaço público como aferição da decisão. O Íon de Eurípedes e opinião pública em Habermas.....	507
15.12.19	A decisão formada à luz do marxismo .....	510
15.12.20	A mentira da proibição de despesas com as religiões.....	512
15.12.21	A linguagem como protagonista da despesa. Relativização do princípio da igualdade .....	512
15.12.22	O Direito financeiro e o outro. As indagações filosóficas iniciais.....	514
15.12.23	O pensamento cristão.....	514
15.12.24	O pensamento racional .....	515
15.12.25	O pensamento psicanalítico e o “eu” .....	516
15.12.26	O aparecimento do “nós” .....	517
15.12.27	Os conflitos do “nós” .....	518
15.12.28	O “outro” e a sociedade.....	521
15.12.29	O “outro” e o Direito.....	521
15.12.30	O preconceito e o outro. O homossexual .....	522
15.12.31	A despesa à luz do reconhecimento do outro. O orçamento participativo.....	523
15.12.32	Os bastidores. Mulheres (homens). Amantes. Filhos e parentes .....	524
15.12.33	A despesa pública na compra de órgãos humanos .....	525
15.13	Covid e suas consequências financeiras .....	527
15.13.1	Quadro social dramático (exercício de 2020).....	527
15.13.2	Alguns impactos .....	529
15.13.3	Diante disso, o que fazer?.....	530
15.13.4	O objetivo do Estado é manter a vida.....	531
15.13.5	Como fica o Direito Financeiro em face de tais questões? .....	531
15.13.6	Combate à pobreza <i>versus</i> rigor fiscal.....	533
15.13.7	Confronto entre poderes.....	534
15.13.8	Situação de perplexidade .....	535
15.13.9	Soluções à vista .....	535
15.14	Relação entre receitas e despesas públicas. Providências adotadas pela EC nº 109/2021 e pelo art. 167-A. Gatilhos .....	536

## CAPÍTULO 16

FUNDOS PÚBLICOS FINANCEIROS .....	539	
16.1	Conceito. Tipos. Fundo garantidor. Criação.....	539
16.2	Os fundos à luz da Lei nº 4.320/1964 (fundos de participação) .....	540
16.3	Fundos de participação.....	541
16.4	Fundos de destinação .....	545
16.4.1	Os fundos ambientais.....	546
16.4.2	O Fundo de Investimento Imobiliário .....	547
16.5	Têm os fundos personalidade jurídica? Finalidade dos fundos .....	548
16.6	São os fundos dotados de personalidade judiciária? .....	549
16.7	Fiscalização .....	550

16.8	Retenção de recursos.....	551
16.9	Autopagamento mediante vinculação de recursos. Defesa judicial.....	552

## CAPÍTULO 17

ORÇAMENTO: BREVE HISTÓRIA. ESPÉCIES. CONTROLE SOCIAL E AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE.....		557
17.1	A origem do orçamento na evolução histórica. A palavra “orçamento” .....	557
17.2	Genealogia do orçamento .....	559
17.2.1	Inglaterra.....	559
17.2.2	Estados Unidos da América .....	561
17.2.3	Prússia .....	562
17.2.4	França .....	562
17.2.5	União Europeia .....	563
17.2.6	O orçamento no Brasil.....	565
17.3	Aspectos do orçamento.....	567
17.4	Espécies de orçamento .....	569
17.5	Controle social do orçamento .....	570
17.6	Ação direta de inconstitucionalidade contra a Lei Orçamentária .....	575
17.7	Orçamento e reserva do possível.....	577

## CAPÍTULO 18

O ORÇAMENTO .....		581
18.1	Conceito.....	581
18.2	Evolução do conceito de orçamento .....	582
18.3	Controvérsias sobre a natureza jurídica do orçamento .....	585
18.4	Concepção moderna de orçamento.....	587
18.4.1	Novas discussões sobre a natureza jurídica. Revendo as discussões antigas e tentando um novo posicionamento ..	590
18.4.2	O orçamento impositivo (Emendas Constitucionais nºs 86/2015 e 100/2019 – Emendas individuais e de bancada – EC nº 105/2019 – Transferência obrigatória a entes federados) – As emendas do relator.....	596
18.4.2.1	Introdução.....	596
18.4.2.2	Limites ao exercício da discricionariedade do Poder Executivo .....	599
18.4.2.3	As emendas parlamentares individuais e de bancada e seus limites (EC nº 86/2015 e 100/2019) .....	601
18.4.2.4	Implicações de ordem política da obrigatoriedade de execução das emendas parlamentares individuais e de bancada .....	602
18.4.2.5	A mudança na regra de despesa mínima em ações e serviços públicos de saúde.....	603
18.4.2.6	Conclusões.....	604
18.5	Noção moderna de gasto público dentro do orçamento .....	605
18.6	As regras administrativas e o art. 37 da CF .....	610
18.7	Sistema de controle externo do orçamento.....	611
18.8	Regras orçamentárias .....	614
18.8.1	Regra da universalidade .....	615
18.8.2	Regra da anualidade.....	616
18.8.3	Regra da exclusividade .....	616
18.8.4	Regra da unidade.....	616
18.8.5	Regra da não afetação .....	616
18.9	As leis orçamentárias .....	617
18.9.1	O Plano Plurianual.....	618
18.9.2	A Lei de Diretrizes Orçamentárias. As metas financeiras. Alteração da EC nº 109/2021 .....	619
18.9.2.1	As metas financeiras.....	624
18.9.3	O orçamento anual (fiscal, de investimento e da seguridade social). A Emenda Constitucional nº 102, de 26.09.2019.....	626
18.9.4	A lei complementar financeira.....	629
18.10	A tramitação legislativa .....	630
18.10.1	Iniciativa. Pode um órgão de poder interferir em outro? .....	630
18.10.2	Mensagem aditiva.....	632
18.10.3	Comissão Mista .....	633
18.10.4	Emendas.....	633
18.11	A não devolução do projeto no prazo ou sua rejeição total ou parcial.....	634
18.12	Vedações orçamentárias. EC nº 109/2021 .....	637
18.13	Recursos dos três Poderes.....	640
18.14	Despesa com pessoal.....	640
18.15	O orçamento e o tributo nele não previsto.....	641
18.16	O direito ao auxílio ou subvenção.....	642
18.17	Relatório .....	642
18.18	Norma constitucional transitória.....	642
18.19	Desvinculação de Receita da União. A liberdade outorgada, por lei, ao chefe do Executivo.....	642

18.19.1	Emenda Constitucional nº 93/2016 – DRU .....	642
18.20	O orçamento participativo.....	644
18.20.1	Orçamento participativo, espaço público, democracia e dominação.....	646
18.20.1.1	Espaço público .....	646
18.20.1.2	Só o Parlamento representa os anseios da população? .....	647
18.20.1.3	O que é espaço público? A esfera discursiva.....	647
18.20.1.4	O credenciamento social de quem fala .....	648
18.20.1.5	A parrésia de Foucault.....	650
18.20.1.6	Análise de Íon, de Eurípedes, e dos discursos de Péricles aos atenienses .....	650
18.20.1.7	A dominação .....	652
18.20.1.8	Como buscar o sentimento real da população nos debates no orçamento participativo.....	653
18.21	Problemas e divergências doutrinárias a respeito do orçamento.....	654
18.21.1	Orçamento de competência e de caixa e os resíduos passivos.....	654
18.21.2	Cobrança de tributos não previstos na Lei Orçamentária Anual .....	654
18.21.3	Alteração da Lei Orçamentária no curso do exercício.....	655
18.21.4	Iniciativa popular.....	655
18.21.5	Orçamento base zero.....	656
18.21.6	Orçamento funcional. <i>Planning-Programming Budgeting System/PPBS</i> .....	656
18.21.7	Orçamento de resultado .....	657
18.21.7.1	Compatibilidade entre o atual orçamento e o de resultado .....	658
18.21.7.2	Plano Plurianual e análise de desempenho. Exigências para implementação.....	659
18.21.7.3	Há necessidade de alterar a estrutura do atual orçamento para implantar o de resultado?.....	661
18.21.7.4	Análise e conjecturas sobre o orçamento de programa. Flexibilidade e dispêndios .....	661
18.21.7.5	Sanções .....	662
18.21.7.6	Conclusão.....	663
18.22	Orçamento de Guerra (EC nº 106/2020).....	663
18.23	A inconstitucionalidade das emendas parlamentares, de bancada e do relator .....	667
18.23.1	O orçamento .....	667
18.23.2	Obrigatoriedade de seu cumprimento. Orçamento impositivo. O parágrafo 10 do art. 166 da CF .....	668
18.23.3	Destinação dos recursos.....	669
18.23.4	A luta pela dominação. O conflito agônico.....	671
18.23.5	A Emenda Constitucional nº 86/2016.....	672
18.23.6	A Emenda Constitucional nº 100/2019.....	673
18.23.7	O problema da proibição do retrocesso.....	675
18.23.8	Da transferência de recursos diretamente a outros entes federativos. A Emenda Constitucional nº 105/2019. A repactuação federativa. A EC nº 112/2021.....	676
18.23.9	Inconstitucionalidade das emendas nºs 86/2016 e 100/2019 e das emendas secretas. A quebra da isonomia. A agressão à invasão da intimidade administrativa. Reserva administrativa.....	677
18.23.10	Emenda Constitucional nº 123, de 14.07.2022.....	679
18.23.11	Conclusões .....	680

## CAPÍTULO 19

A LEI Nº 4.320, DE 17.3.1964 (LEI GERAL DE ORÇAMENTO) .....		683
19.1	Considerações gerais.....	683
19.2	Receita .....	683
19.3	Realização da receita .....	684
19.4	Despesa .....	684
19.4.1	Despesas sigilosas.....	685
19.5	Realização da despesa.....	688
19.6	Requisitos formais da proposta orçamentária.....	689
19.7	Exercício financeiro .....	689
19.8	Dívida ativa. Conceito. Crédito tributário e não tributário. Inscrição. Presunção de liquidez e certeza.....	690
19.8.1	Crédito proveniente de decisão do Tribunal de Contas .....	691
19.8.2	Administração indireta .....	691
19.8.3	Terceirização do crédito público proveniente de dívida ativa .....	692
19.9	Créditos. Inadmissibilidade do uso de medida provisória para edição de crédito extraordinário.....	696
19.10	Controle e execução orçamentária .....	698
19.11	Prestação de contas.....	699

## CAPÍTULO 20

A SUBVENÇÃO NO DIREITO BRASILEIRO.....		701
20.1	Subvenção. Precisão terminológica.....	701
20.2	As subvenções na lei. Subvenções sociais e econômicas.....	702
20.3	Vedação constitucional de subvenção .....	705
20.4	Direito à subvenção .....	706
20.5	Não liberada a subvenção dotada, cabe responsabilidade do Estado? .....	707
20.6	Há prazo para aplicação das subvenções recebidas? Destinação a fim diverso.....	707



20.7	Ética na concessão de subvenções. A CPI do Orçamento. Fiscalização.....	709
------	---	-----

## CAPÍTULO 21

FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA .....	711
--	-----

21.1	Fiscalização financeira e orçamentária .....	711
21.2	Tipos de controle.....	713
21.2.1	Controle interno.....	713
21.2.2	Controle externo .....	715
21.3	O teto para as despesas públicas. Novo regime fiscal (Emenda Constitucional nº 95/2016). Alterações da EC nº 109/2021. A excepcionalidade do exercício financeiro de 2021 .....	715

## CAPÍTULO 22

A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL.....	719
---------------------------------------	-----

22.1	Generalidades.....	719
22.1.1	Os arts. 163 e 169 da CF .....	719
22.1.2	Vigência.....	722
22.1.3	Conflito regimental na aprovação do texto.....	723
22.1.4	Objetivos .....	723
22.1.5	Lei nacional e não federal. A Federação brasileira e as normas gerais de Direito Financeiro.....	724
22.1.6	Terminologia.....	726
22.2	A Lei de Diretrizes Orçamentárias.....	728
22.3	A Lei Orçamentária Anual. Pode o Judiciário determinar a realização de obras ou serviços? O confronto entre os direitos básicos e a interferência do Judiciário nas políticas públicas .....	734
22.3.1	Prazos de encaminhamento dos projetos de leis orçamentárias .....	737
22.3.2	Requisitos.....	737
22.4	Execução orçamentária e cumprimento de metas. Intervenção do FMI.....	739
22.5	Da receita pública .....	743
22.5.1	Previsão e arrecadação.....	743
22.5.2	Renúncia de receita.....	747
22.6	Da despesa pública.....	751
22.6.1	Geração da despesa .....	751
22.6.2	Despesa obrigatória de caráter continuado .....	754
22.6.3	Despesa com pessoal.....	755
22.6.4	Do controle da despesa total com pessoal. Alterações das Leis Complementares nºs 164/18, de dezembro de 2018, e 173, de 27 de maio de 2020 .....	762
22.6.5	Despesas com seguridade social.....	770
22.7	Das transferências voluntárias .....	771
22.8	Da destinação de recursos públicos para o setor privado .....	772
22.9	Da dívida e do endividamento. Definições. As “pedaladas” fiscais .....	774
22.9.1	Dos limites da dívida pública e das operações de crédito.....	777
22.9.2	Da recondução da dívida aos limites.....	778
22.10	Das operações de crédito. A regra de ouro das finanças .....	779
22.10.1	Da contratação. Venda de recebíveis é operação de crédito? .....	779
22.10.2	Das vedações a operações.....	783
22.10.3	Operações de crédito por antecipação de receita orçamentária .....	786
22.10.4	Operações com o Banco Central .....	787
22.10.5	Garantia e contragarantia. A exceção dos precatórios .....	788
22.10.6	Restos a Pagar.....	790
22.11	Da gestão patrimonial.....	794
22.11.1	Das disponibilidades de caixa .....	794
22.11.2	Da preservação do patrimônio público .....	795
22.11.3	Das empresas controladas pelo setor público .....	797
22.12	Gestão fiscal. Da transparência, controle e fiscalização.....	797
22.12.1	Da transparência .....	797
22.12.2	Da escrituração e da consolidação das contas.....	801
22.12.3	Do relatório resumido da execução orçamentária .....	803
22.12.4	Do Relatório da Gestão Fiscal .....	804
22.12.5	Das prestações de contas .....	805
22.12.6	Da fiscalização da gestão fiscal. O papel dos Tribunais de Contas .....	806
22.13	Disposições finais e transitórias da Lei de Responsabilidade Fiscal.....	807
22.13.1	Aplicação a Estados e Municípios. Estado de calamidade pública. Alteração pela EC nº 109/2021 .....	807
22.13.2	Estado de calamidade pública. A Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, e a EC nº 109/2021. Flexibilização das regras .....	808
22.13.3	Estado de defesa e de sítio.....	811
22.13.4	Baixo crescimento do PIB .....	812
22.13.5	Fundo Geral da Previdência Social. Regimes próprios de entes federados.....	812
22.13.6	Sanções civis, administrativas, políticas e penais .....	813

## CAPÍTULO 23

LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS NA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL.....	817
23.1 A Lei de Licitações (Lei nº 8.666/1993 revogada pela Lei nº 14.133/2021) .....	817
23.2 Licitação. Procedimento.....	817
23.2.1 O procedimento como princípio .....	818
23.2.2 O chamamento .....	818
23.2.3 O sigilo e a moeda na licitação. O procedimento.....	819
23.3 A influência da Lei de Responsabilidade Fiscal nos contratos administrativos .....	819
23.3.1 O orçamento e sua influência nos contratos .....	822
23.3.2 O contingenciamento .....	822
23.4 Efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal nas licitações e contratos administrativos .....	823
23.4.1 A fase interna do procedimento licitatório. A influência da Lei de Responsabilidade Fiscal no procedimento da licitação .....	823
23.5 Moderna visão dos contratos. Contratos modernos.....	826
23.6 <i>Blockchain</i> e moedas virtuais .....	828

## CAPÍTULO 24

A RESPONSABILIDADE FISCAL E AS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS.....	831
24.1 Introdução.....	831
24.2 Antecedentes e dúvidas.....	832
24.3 Tipos .....	833
24.4 Restrições orçamentárias .....	833
24.5 Vinculação de impostos para pagamento das obrigações decorrentes da parceria. Outros tributos e as receitas não tributárias .....	834
24.6 Exigências em relação à União.....	834
24.7 Limites do endividamento .....	835
24.8 Receita corrente líquida .....	835
24.9 Contraprestação da Administração Pública .....	835
24.10 Limites fiscais. Responsabilidade do ordenador. Previsão de fluxo de despesas.....	836
24.11 Empenho .....	836
24.12 Fundo Garantidor .....	837
24.13 Estados e Municípios .....	837
24.14 O art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal e a contratação de parcerias público-privadas.....	838

## CAPÍTULO 25

TRIBUNAL DE CONTAS .....	839
25.1 Tribunal de Contas. Histórico.....	839
25.2 Organização.....	841
25.3 Sistemas de controle. O papel da Câmara de Vereadores na apreciação das contas.....	841
25.4 O Tribunal de Contas como fiscal da biopolítica. Os órgãos internos de controle. Tolerância zero.....	843
25.5 A atenção sobre o gasto mínimo. A legitimidade e a economicidade .....	845
25.6 Função “jurisdicional” do Tribunal de Contas. O Tribunal de Contas da União tem força jurisdicional em relação aos demais? .....	846
25.7 Requisitos para provimento do cargo de ministro do TCU .....	848
25.7.1 Equivalência de impedimentos e vantagens com os ministros do STJ .....	849
25.8 Competência. Parecer prévio .....	849
25.9 Sigilo bancário.....	857
25.10 O Tribunal de Contas dos Estados e dos Municípios.....	858

## CAPÍTULO 26

PRECATÓRIO.....	861
26.1 Relevância do tema e previsão constitucional.....	861
26.2 Precatório: conceito, características, cabimento .....	867
26.3 Atribuições e responsabilidade do presidente do tribunal.....	868
26.4 Créditos constituídos por sentença judicial.....	869
26.4.1 Créditos alimentícios.....	869
26.4.2 Créditos não alimentícios .....	870
26.4.3 Crédito de pequeno valor. Critérios para aferição.....	870
26.4.4 Ordem dual de pagamento .....	871
26.5 Atualização monetária .....	871
26.6 Sequestro de verbas públicas .....	873
26.7 Formas indiretas de extinção do precatório.....	873
26.7.1 Compensação .....	874
26.7.2 Da compra de imóveis .....	875
26.7.3 Cessão do crédito.....	875



26.8	Demais considerações sobre o regime dos precatórios após Emenda Constitucional nº 62/2009 e na vigência da Emenda Constitucional nº 94/2016 .....	875
26.8.1	Limite de vinculação orçamentária .....	875
26.8.2	Assunção de débitos pela União .....	876
26.9	Precatório: emendas impregnadas de inconstitucionalidades .....	876
26.9.1	Casos precedentes: art. 33 do ADCT e art. 78 do mesmo texto, inserido pela Emenda Constitucional nº 30/2000, e a Emenda Constitucional nº 37/2002 .....	876
26.9.1.1	Introdução .....	876
26.9.1.2	A Emenda Constitucional nº 30/2000, os arts. 33 e 78 do ADCT. Hipóteses diversas. Constituinte originário e derivado .....	878
26.9.1.3	Do abuso do Poder Legislativo .....	883
26.9.1.4	A inconstitucional moratória de 2000 .....	886
26.9.1.5	Da violação do direito adquirido e da coisa julgada .....	888
26.9.1.6	Análise da Emenda Constitucional nº 30/2000: por razões históricas .....	890
26.9.1.7	O pagamento de condenações de pequeno valor .....	892
26.9.1.8	Os precatórios alimentícios .....	893
26.9.1.9	Os precatórios não alimentares .....	896
26.9.1.10	Da Lei de Responsabilidade Fiscal e suas consequências administrativas, civis, políticas e criminais .....	898
26.9.1.11	Do sequestro introduzido pela Emenda Constitucional nº 30/2000 .....	899
26.9.2	Da intervenção federal nos Estados e destes nos Municípios .....	903
26.9.3	A Emenda Constitucional nº 37, de 12.6.2002 .....	905
26.10	A repetição do atavismo: a inconstitucionalidade do art. 97 do ADCT .....	907
26.10.1	As contas especiais .....	909
26.10.2	O pagamento dos precatórios .....	909
26.10.3	O leilão .....	909
26.10.4	Sequestro .....	911
26.10.5	Compensação com tributos devidos .....	911
26.10.6	Responsabilidade do chefe do Poder Executivo .....	911
26.10.7	Retenção de repasses constitucionais .....	912
26.10.8	Litisconsórcio de credores .....	913
26.10.9	Duração do regime especial .....	913
26.10.10	Começo e fim do regime especial .....	914
26.10.11	As Emendas Constitucionais nºs 94/2016, 99/2017 e 109/2021 .....	914
26.10.12	O CNJ e as regras para pagamento .....	919
26.11	As Emendas Constitucionais nºs 113 e 114 de 2021 .....	919
26.11.1	Emenda Constitucional nº 113/2021 .....	921
26.11.2	Emenda Constitucional nº 114/2021 .....	925

## CAPÍTULO 27

EMPRÉSTIMO PÚBLICO .....	931	
27.1	Introdução .....	931
27.2	Natureza jurídica do empréstimo público .....	931
27.2.1	Ato de soberania .....	932
27.2.1.1	A tese de Drago .....	932
27.2.2	Tese contratualista .....	933
27.3	Classificação de créditos e seus instrumentos .....	935
27.3.1	Venda antecipada de título no Tesouro Direto .....	938
27.4	O empréstimo patriótico .....	939
27.5	Empréstimo compulsório .....	939
27.6	Efeitos prodrômicos e colaterais do crédito .....	940
27.7	Disciplina constitucional do crédito público. Menção a Alexandre Dumas e <i>O Conde de Monte Cristo</i> . Conceito. Hanna Arendt e a intervenção judia .....	941
27.7.1	Conceito .....	942
27.7.2	Normas gerais. Conceito .....	943
27.7.2.1	As disposições legais e sua aplicação a Estados e Municípios .....	945
27.8	O crédito público no ordenamento brasileiro. Crédito é receita? .....	946
27.9	A política de crédito. Justiça social .....	946
27.9.1	Responsabilidade do agente tomador da dívida .....	949
27.9.2	Situação de crise .....	950
27.10	Disciplina constitucional do crédito .....	952
27.11	Nulidade do contrato .....	954
27.11.1	Repúdio .....	955
27.12	O crédito estadual, o municipal e o do Distrito Federal e a intervenção federal e estadual .....	955
27.13	Garantias .....	956
27.14	Controle, fiscalização e prestação de contas .....	958
27.15	Extinção .....	958
27.16	Execução .....	960

CAPÍTULO 28

DÍVIDA PÚBLICA E OPERAÇÕES DE CRÉDITO.....	961
28.1 Dívidas externa e interna. O FMI .....	961
28.2 O endividamento. Por que a dívida? .....	963
28.3 Breve relato da dívida pública .....	964
28.3.1 Breve história da dívida pública brasileira .....	965
28.4 Dívida pública. O peso do Estado .....	968
28.4.1 O peso da dívida. A dívida intergeracional .....	970
28.5 Classificação da dívida .....	973
28.6 O <i>default</i> ou o não pagamento da dívida. Repúdio. Consequências. O estado de exceção de Agamben .....	974
28.6.1 O estado de exceção de Agamben .....	977
28.7 Empréstimo obtido sem autorização legislativa .....	979
28.8 Dívida pública arbitrária ou odiosa .....	980
28.9 Democratização da dívida .....	983
28.10 A denominada dívida perpétua .....	984
28.11 Amortização .....	984
28.12 Conversão .....	985
28.13 Compatibilidade entre a competência da lei complementar prevista no art. 163 e a do Senado Federal disposta nos incisos V a IX do art. 52, todos da CF .....	986
28.14 Contratos secretos. Foucault e a razão de Estado. A Lei nº 12.527/2011 .....	987
28.15 O empréstimo como ato simbólico. A parábola do artesão .....	992
28.15.1 A parábola do artesão .....	993
28.16 Prestação de contas. Intervenção federal e estadual .....	994
28.16.1 Plano de refinanciamento de dívida de Estados e Distrito Federal e sua recuperação fiscal (breve análise das Leis Complementares nºs 156, de 28.12.2016, e 159, de 19.5.2017) .....	994
28.17 O papel do Senado Federal no controle financeiro. Operação para antecipação de receita. Resoluções .....	996
28.17.1 Os limites da dívida pública e das operações de crédito .....	998
28.17.2 Redução da dívida a seus limites .....	1000
28.17.3 Operação de crédito para antecipação de receita .....	1000
28.17.4 Resoluções do Senado Federal .....	1000
28.18 Fiscalização de operações financeiras e sua tributação .....	1001
28.19 Garantias do crédito tributário. Vinculação de tributos para pagamento .....	1001
28.20 O empréstimo público em Goethe .....	1003
28.20.1 O tema em <i>Fausto</i> , de Goethe .....	1003
28.20.1.1 Origem do mito .....	1003
28.20.1.2 A primeira parte .....	1003
28.20.1.3 A segunda parte .....	1004
28.20.1.4 O papel-moeda .....	1004
28.20.1.5 O lastro .....	1005
28.20.1.6 Dívida pública e garantia .....	1005
28.20.1.7 Interpretação .....	1006
28.20.1.8 Término .....	1006
28.20.1.9 “Posfácio” de Gustavo Franco .....	1007
28.20.1.10 O pacto e o Estado .....	1007
28.20.1.11 Fausto e o Direito financeiro .....	1007
28.21 Perdão de dívida pública .....	1008
28.21.1 A Lei nº 9.665/1998 .....	1008
28.21.1.1 Constitucionalidade da lei ou sua inutilidade .....	1009
28.22 Execução do contrato .....	1011
28.23 Extinção da dívida pública .....	1012
28.24 Princípios (regras) gerais de Direito incidentes sobre os débitos externos .....	1012
28.25 Requisitos e limites da operação externa de natureza financeira. Análise das resoluções do Senado Federal .....	1013
28.26 Operações de crédito interno .....	1017
28.27 Dos limites globais para o montante da dívida pública .....	1018
28.28 Autorizações para operações externas .....	1018
28.29 Diretrizes gerais para consolidação e reescalonamento das dívidas dos entes federativos e dos entes estatais .....	1020
28.30 Limites para prestação de garantias da União para operações de crédito externo e interno. O problema nos Estados e Municípios .....	1020
28.31 Limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária de Estados, Distrito Federal e Municípios. A EC nº 109/2021 .....	1021
28.32 Operações de crédito por antecipação de receita orçamentária .....	1022
28.33 Lei complementar .....	1022
28.34 Eficácia dos títulos públicos como garantia de débitos. Títulos emitidos há longo tempo e sua validade. Possibilidade de penhora de seu valor .....	1023

CAPÍTULO 29

A LEI Nº 13.655/2018 (ACRESCENTA OS ARTS. 20 A 30 À LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO) E OS CRITÉRIOS DE INTERPRETAÇÃO (NO ÂMBITO DO DIREITO FINANCEIRO) .....	1027
---	------

29.1	Introdução.....	1027
29.2	A realidade como critério.....	1027
29.3	A motivação.....	1028
29.4	Indicação dos efeitos produzidos pelo ato invalidado.....	1029
29.5	Proporcionalidade dos danos.....	1029
29.6	Interpretação sobre gestão pública.....	1029
29.7	Consideração sobre a realidade.....	1030
29.8	Sanções.....	1030
29.9	Consequências de nova interpretação.....	1031
29.9.1	Modulação dos efeitos.....	1032
29.10	Preservação de situações consolidadas.....	1032
29.11	Orientações gerais.....	1033
29.12	Convalidação.....	1033
29.13	Consultas públicas.....	1034
29.14	Responsabilidade do agente.....	1035
29.15	Normas gerais. Regulamentos.....	1036
29.16	As consequências para o Direito Financeiro.....	1037
29.17	O juiz e as normas sobre hermenêutica.....	1038

## CAPÍTULO 30

DIREITO E TEMPO.....		1041
30.1	Introdução: o tempo mitológico. A eternidade. O tempo em Agostinho.....	1041
30.1.1	A eternidade.....	1041
30.1.2	O tempo em Agostinho.....	1042
30.2	O tempo na filosofia.....	1043
30.2.1	A distensão em Agostinho, Bergson e Heidegger.....	1044
30.3	O tempo no direito.....	1046
30.3.1	Criação e extinção de direitos.....	1046
30.3.2	Direito adquirido.....	1047
30.3.3	Razoabilidade da duração do processo.....	1048
30.3.4	O processo legislativo.....	1048
30.3.5	Os prazos.....	1049
30.4	Prescrição e decadência. Preclusão.....	1049
30.4.1	Direito potestativo.....	1050
30.5	O termo inicial e final dos prazos.....	1050
30.6	A segurança jurídica.....	1051
30.7	Conclusões.....	1051

## CAPÍTULO 31

A VEDAÇÃO AO RETROCESSO NO DIREITO FINANCEIRO.....		1053
31.1	O problema do não retrocesso.....	1053
31.2	A discussão sobre os limites.....	1054
31.3	O que é avanço e retrocesso no direito.....	1055
31.4	Como o Direito Financeiro os garante?.....	1055

## CAPÍTULO 32

O INVISÍVEL E O VULNERÁVEL NO DIREITO FINANCEIRO. A RENDA BÁSICA (EC Nº 114).....		1057
32.1	Introdução.....	1057
32.2	O indígena.....	1059
32.3	A mulher.....	1059
32.4	O negro.....	1060
32.5	O grupo LGBTQI+.....	1061
32.6	Os imigrantes.....	1061
32.7	O silêncio.....	1062
32.8	A proteção dos vulneráveis. A EC nº 114/2021.....	1062
32.9	As políticas públicas necessárias. O ser humano vivo no mundo.....	1064
32.10	A partilha orçamentária.....	1067

REFERÊNCIAS.....		1069
------------------	--	------

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO.....		1091
----------------------------------	--	------

